

Rodolfo Stavenhagen e a sociologia do subdesenvolvimento: colonialismo, classes sociais e estratificação interétnica *

Diogo Valença de Azevedo Costa**
GT17: Pensamento latino-americano e teoria social

Resumo:

O objetivo desta comunicação é apresentar o esforço de conceituação das classes sociais nas sociedades subdesenvolvidas, avançado por Rodolfo Stavenhagen nos idos dos anos de 1960. Também serão consideradas suas formulações relativas às características da situação colonial nos países subdesenvolvidos, fortemente permeadas pela estratificação interétnica e por suas influências sobre as situações de classe. Dois de seus mais notórios textos serão tomados como objeto de análise, *Las clases sociales en las sociedades agrarias* (1969), e suas *Sete teses errôneas sobre a América Latina*, pela primeira vez publicadas em 1965. Por fim, as ideias de Stavenhagen serão contrastadas com o momento atual, político e teórico, das reflexões sociológicas sobre o colonialismo, as classes sociais e as relações interétnicas.

Palavras-chave: Rodolfo Stavenhagen; Subdesenvolvimento; Colonialismo; Classes sociais; Estratificação Interétnica

Introdução

O objetivo da presente comunicação é recuperar um dos momentos fortes do trabalho teórico na sociologia crítica latino-americana da década de 1960, o da conceituação das classes sociais em sociedades nacionais subdesenvolvidas. Permeadas por profundas desigualdades de tipo étnico-racial e pela reprodução, em bases renovadas, das relações coloniais, a dinâmica das classes sociais nos países subdesenvolvidos apresenta determinações históricas específicas em comparação aos padrões de exploração capitalista consolidados nas nações desenvolvidas, centrais e hegemônicas. Uma dessas especificidades diz respeito à íntima imbricação entre os mecanismos de exploração de classe e da dominação étnico-racial, característica marcante dos povos asiáticos, africanos e latino-americanos. Além disso, a reatualização do colonialismo, externamente, nas relações entre nações centrais e periféricas, e internamente, nas relações entre grupos nacionais diferenciados étnica e racialmente, impõe sérios obstáculos à consolidação de uma democracia de caráter popular nos países de desenvolvimento capitalista dependente. Mesmo condições mínimas, como a canalização institucionalizada dos conflitos entre as classes sociais, muitas vezes são deturpadas e desvirtuadas pelo monopólio da estrutura política e jurídica do Estado pelas elites dirigentes das classes dominantes, as quais resistem como um bloco ideológico, sob pena de verem seus privilégios ameaçados, a todas as propostas de ampliação de direitos trabalhistas e civis para a maioria da população. Tais questões não eram percebidas – ou pelo menos desmascaradas nas suas múltiplas dimensões estruturais e históricas – pelas diversas formulações do pensamento *cepalino* e da ideologia nacional-desenvolvimentista. As críticas das correntes dependentistas das décadas de 1960 e 70 apontam justamente essa ausência de percepção e cegueira em relação aos aspectos mais dramáticos da junção entre os fatores internos e externos da exploração capitalista nos países periféricos, subdesenvolvidos e dependentes. A obra sociológica de Rodolfo Stavenhagen constitui também um dos momentos cruciais dessa crítica radical,

* Comunicação apresentada ao XXIX Congreso Latinoamericano de Sociología, ALAS, Chile, 2013, sob a modalidade de “avanço de investigação em curso”.

** Professor de Sociologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

nos anos de 1960, aos pressupostos políticos, teóricos e metodológicos da CEPAL e do nacional-desenvolvimentismo.

Apesar da amplitude da produção intelectual de Rodolfo Stavenhagen e das diversas facetas políticas de seu pensamento sociológico, a presente discussão ficará circunscrita a dois de seus trabalhos fundamentais. O primeiro deles é um pequeno e incisivo ensaio escrito em 1965, cujo título, *Sete teses errôneas sobre a América Latina*, deterá grande repercussão e impacto no debate ideológico latino-americano do período, em especial pelo caráter preciso e contundente de suas críticas às teses equivocadas, esposadas conjuntamente pelos partidos comunistas atuantes em nosso subcontinente e pelos defensores do nacional-desenvolvimentismo *cepalino*, sobre o suposto papel progressista da burguesia nacional na condução da revolução democrática e do desenvolvimento capitalista autônomo nos países da América Latina. O segundo texto é a sua tese de doutorado defendida em 1965 na Universidade de Paris e, logo depois, publicada em espanhol sob o título de *Las clases sociales en las sociedades agrarias* (1969), na qual o intuito comparativo acabou por conduzi-lo a investigações sobre as situações específicas e particulares do México, América Central (Guatemala), África do Norte (Egito), África Negra, em especial Costa do Marfim. Embora datados historicamente, esses dois textos escritos por Stavenhagen fornecem formulações teóricas importantes para estudos sociológicos contemporâneos sobre a situação dos países do Terceiro Mundo, subdesenvolvidos e dependentes, uma terminologia hoje em desuso, mas que proporciona uma caracterização mais exata do que ocorre nesses rincões do capitalismo mundializado quando comparada à noção ideologicamente construída de “nações em vias de desenvolvimento”. Por fim, o objetivo da presente comunicação será, a partir do exame do pensamento de Rodolfo Stavenhagen, debater a atualidade política de sua caracterização teórica dos vínculos entre a estrutura de classes, as relações de tipo colonial e a estratificação étnico-racial que poderão servir de guia a uma investigação sociológica crítica das condições atuais do subdesenvolvimento capitalista dependente.

A investigação sociológica sobre o subdesenvolvimento: as contribuições metodológicas de Stavenhagen

No balanço crítico da sociologia norte-americana, realizado por Wright Mills em fins da década de 1950, as artilharias são direcionadas contra o vazio de conteúdo estrutural e histórico da Grande Teoria e do empirismo abstrato (Mills, 1959[2000]). A crítica é ao mesmo tempo epistemológica e política. O esforço de conceituação geral e abstrata, sem relações diretas com o mundo social real, à maneira de uma sociologia formal, no caso da Grande Teoria (leia-se: Parsons), e a coleta de dados quantificáveis sem um propósito definido de determinar seus vínculos com a estrutura e a história, no âmbito do empirismo abstrato, acabam por conduzir o sociólogo a uma aceitação passiva, e muitas vezes inconsciente, do sistema social e do *status quo* vigente. O trabalho teórico e o empírico são apartados numa cômoda especialização acadêmica, fragmentando-se aspectos da realidade social que estão indissociavelmente interligados. A abstração de componentes do mundo histórico e social conduz a vieses e generalizações apressadas, provocados por motivos ideológicos inconscientes ou pela cegueira conceitual respaldada em diferentes tradições sociológicas. Isso se torna ainda mais grave quando se transplanta, acriticamente, conceitos e teorias construídos no contexto histórico, intelectual, político e cultural das nações centrais do desenvolvimento capitalista para investigar a realidade das nações de origem colonial, subdesenvolvidas, periféricas e dependentes. É assim que tais países, no viés da atualização da antiga teoria da modernização, são encarados como *emergentes* ou *em vias de desenvolvimento*. Não se trata aqui apenas de um desmascaramento ideológico, segundo o qual as ideologias das nações centrais se tornam as ideologias das nações economicamente dependentes. O próprio procedimento metodológico de abstração conceitual, de isolamento entre teoria e empiria, é equivocado e responde a interesses das classes sociais dominantes nos países subdesenvolvidos e das

nações imperialistas. Foi contra esse tipo de postura metodológica, e veladamente política, que a *intelligentsia* crítica latino-americana das décadas de 1960 e 70 se insurgiu, muitas vezes tendo como ponto de partida os marcos conceituais e teóricos da sociologia produzida nas nações hegemônicas do Ocidente, e, por isso mesmo, desempenhando um papel pioneiro na crítica dos conceitos, das metodologias, das posições epistemológicas e ideológicas como meio de reconstruir uma visão sociológica original, que não seja “nem decalque, nem cópia”, sobre a realidade específica e concreta da América Latina e dos países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo.

É nesses termos que se pode situar a contribuição metodológica de Rodolfo Stavenhagen em seus trabalhos de investigação sobre as classes sociais, a situação colonial e a estratificação interétnica nas sociedades subdesenvolvidas, algumas delas de base política ainda fortemente agrária e tradicional, mas experimentando processos bastante violentos de modernização industrial e ocidentalização cultural. Não se pode esquecer, entretanto, que sua principal investigação a esse respeito foi produzida em meados dos anos de 1960 e os processos históricos em curso então analisados passaram por profundas transformações ao longo de mais de quatro décadas. Não apenas os quadros conceituais estariam em certa medida superados pelo transcurso histórico, como também o autor procurou reorientar inúmeras de suas posições teóricas e políticas aos novos tempos e às novas linguagens das ciências sociais¹. Em termos de posicionamentos metodológicos, contudo, os caminhos de análise trilhados por Stavenhagen apresentam surpreendente atualidade, por assumir os traços de uma verdadeira sociologia histórica. Na contramão dos modismos da Grande Teoria, seus esforços estão voltados para a análise concreta de sociedades nacionais específicas, não somente do ponto de vista estrutural e histórico, mas também comparativo, ao mesmo tempo em que a incorporação crítica das teorias da estratificação social não ocorre pelo viés do empirismo abstrato, por intermédio de variáveis quantificáveis, mas isoladas do contexto político e cultural mais amplo. Por isso o autor traz contribuições substanciais, ao abordar questões fundamentais de sua sociedade nacional imediata, o México, e dos demais países subdesenvolvidos da América Latina e da África. Apesar de guiado pelo rigor analítico e acadêmico, os resultados de suas investigações não se pretendem cientificamente neutras e apolíticas, mas acabam por conduzir à crítica política de estratos sociais conservadores e potencialmente reacionários, a exemplo de suas constantes referências à noção ambígua, imprecisa e ideológica de *classes medias*², ou por apontar as soluções necessárias às questões fundamentais de sua

¹ Os dados biográficos de Rodolfo Stavenhagen consultados para a elaboração da presente comunicação foram encontrados de maneira bastante esparsa em pesquisas na *internet*, impedindo uma análise mais detalhada da interconexão entre o contexto histórico e o pensamento sociológico do autor. No entanto, a leitura de sua entrevista, realizada por Roberto Lima e Vilson Antonio Cabral Junior, foi bastante elucidativa quanto à visão de mundo de Stavenhagen. Um currículo resumido do autor, retirado de informações contidas no sítio eletrônico do Colégio de México, pode ser encontrado ao final da referida entrevista e suas perspectivas mais atuais quanto às questões interétnicas podem ser encontradas no livro *Los pueblos originarios: el debate necesario* (Stavenhagen, 2010). Como um dos objetivos desta comunicação é apanhar um momento específico de elaboração original do pensamento antropológico e sociológico latino-americano, de crítica teórica, conceitual e política das ideias produzidas nos contextos intelectuais das nações europeias e dos Estados Unidos, a escolha ficou restrita aos dois textos da década de 1960 já mencionados. Cumpre, por fim, mencionar que Stavenhagen, na qualidade de militante da promoção dos direitos humanos entre os povos indígenas e de especialista na questão étnica, apresenta um pensamento que supera o eurocentrismo das formulações tradicionais sobre o subdesenvolvimento, incorporando a determinação das relações interétnicas na sua análise das classes sociais. Para uma rápida visão da trajetória de Stavenhagen na crítica ao indigenismo tradicional e de seu apoio ao movimento indígena, ver a reportagem de Judith Amador Tello publicada em 01 de agosto de 2012 no semanário *Proceso*.

² “El fortalecimiento de la ‘clase media’ – ya no como hecho sociológico, sino como política social – no tiene por meta esencialmente el desarrollo económico de un país, sino la creación de una fuerza política capaz de apoyar a la clase dominante existente y de servir como amortiguadora de las luchas de clases que pueden poner en peligro la estabilidad de la estructura social y económica vigente. Mucho se lamentan los ideólogos de clase media de que en Cuba no existiese tal clase suficientemente fuerte para hacer frente a la revolución socialista. Y por otra parte se da crédito a la ‘clase media’ por el hecho de que las revoluciones mexicana y boliviana se han ‘estabilizado’ e ‘institucionalizado’” (Stavenhagen, 1965b[2010]: 166).

época e sociedade. Em relação ao desenvolvimento, ele iria escrever, por exemplo, em sua tese de doutorado: “Se reconoce cada vez más que el desarrollo económico no es un problema técnico sino ante todo político”; os caminhos do desenvolvimento seriam decididos pela própria dinâmica das classes sociais: “El problema que se plantea así es el de la naturaleza misma del Estado, y de las relaciones de éste con las principales clases de la sociedad”; de modo que o seu corolário político seria: “el desarrollo económico implica profunda modificación de las relaciones de clases existentes y, frecuentemente, la sustitución de una clase por otra, en el poder” (Stavenhagen, 1965a[1969]: 19). No momento em que Stavenhagen escrevia tais linhas, a geração de cientistas sociais latino-americanos críticos de que ele mesmo faz parte, dentre os quais se podem citar Pablo González Casanova, Aníbal Quijano, Florestan Fernandes, Orlando Fals Borda e vários outros, se empenhava em superar os limites conceituais da sociologia europeia e norte-americana na tentativa de interpretar a realidade concreta específica da América Latina e demais países subdesenvolvidos. Alguns dos pressupostos teóricos e ideológicos da teoria da modernização foram assumidos por tais pensadores, a exemplo da dicotomia tradicional/moderno, da imagem das sociedades plurais e duais, da dinâmica inexorável do desenvolvimento econômico etc. – pressupostos esses que eles mesmos procuraram superar num árduo esforço de síntese conceitual concreta, captando as características particulares que definiriam seus países a partir da combinação de subdesenvolvimento, dependência, situação colonial, sociedade de classes, hegemonia externa, dominação interna, exploração e imperialismo. No caso de Rodolfo Stavenhagen, o curioso a ser observado é que, no momento mesmo em que tece duras críticas ao que chamou de sete teses equivocadas sobre América Latina³, rechaçando ideológica e politicamente a teoria da modernização, ele parece trabalhar no limiar ou em tensão, por exemplo, com o par conceitual tradicional e moderno⁴, com a perspectiva de alguma inevitabilidade do processo de modernização, quando analisa as transformações da propriedade rural em Costa do Marfim e no conjunto da África Negra⁵. Ao mesmo tempo, o autor avança na superação dos limites da caracterização das sociedades

³ As sete teses errôneas são as seguintes: “los países latinoamericanos son sociedades duales”; “el progreso en América Latina se realizaría mediante la difusión de los productos del industrialismo a las zonas atrasadas, arcaicas y tradicionales”; “la existencia de zonas rurales atrasadas, tradicionales y arcaicas es un obstáculo para la formación del mercado interno y para el desarrollo del capitalismo nacional y progresista”; “la burguesía nacional tiene interés en romper el poder y el dominio de la oligarquía terrateniente”; “el desarrollo en América Latina es creación y obra de una clase media nacionalista, progresista, emprendedora y dinámica, y el objetivo de la política social y económica de nuestros gobiernos debe ser estimular la ‘movilidad social’ y el desarrollo de esta clase”; “la integración nacional en América Latina es el producto de la mestizaje”; “el progreso en América Latina se realizará mediante una alianza entre los obreros y los campesinos, alianza que impone la identidad de intereses de estas dos clases” (Stavenhagen, 1965b[2010]: 145-75).

⁴ Ao apresentar a situação específica do Egito, o autor utiliza o par conceitual tradicional/moderno e faz uso da expressão sociedade dual. No entanto, tais expressões são sempre colocadas entre aspas, como se Stavenhagen fizesse uma concessão provisória à linguagem da perspectiva teórica que ele mesmo estava empenhado em criticar. Na falta de novos horizontes teóricos ainda definidos, essa solução seria aceitável. “El desarrollo del capitalismo en el campo, hacia fines del siglo XIX, y la creciente presión demográfica han producido en Egipto la yuxtaposición de un sistema tradicional y de una estructura económica ‘moderna’ cuyas relaciones son muy estrechas, y cuyas características se diferencian en cierta medida de la economía ‘dualista’ de otros países subdesarrollados” (Stavenhagen, 1965a[1969]: 110). Como foi indicado anteriormente, na mesma época o autor já criticava a noção de “sociedades duais” e apontava os limites da divisão estanque entre tradicional e moderno. Por outro lado, as relações modernas e a nova situação econômica poderiam reforçar elementos da organização societária tradicional: “[...] la nueva situación económica ha reforzado la jerarquía tradicional; la clase dominante de la sociedad agnó ha sabido adaptarse a las nuevas condiciones económicas” (Stavenhagen, 1965a[1969]: 163). Essas e outras citações, tomadas ao acaso, revelam que a compreensão da integração entre o tradicional e o moderno estava em fase de elaboração teórica.

⁵ Na caracterização da estrutura de classes e estratificação entre os *Agni* de Costa do Marfim, as distintas classes de agricultores e seus respectivos estratos são dispostos numa linha evolutiva que vai dos grupos mais tradicionais àqueles de feições modernas. Os grupos tradicionais são comumente associados à agricultura de subsistência e os modernos, à economia capitalista. Stavenhagen identifica as oposições e complementaridade entre esses diferentes tipos sociais, sugerindo, porém, que as relações tradicionais (que, às vezes, por falta de adjetivo melhor são vistas como *feudais*) estariam

subdesenvolvidas como sociedades duais, ao considerar o meio rural como necessariamente vinculado à dinâmica da sociedade nacional e às transformações internacionais, que conduz à reprodução simultânea do subdesenvolvimento e do desenvolvimento. Essa não é simplesmente a conclusão geral de sua tese de doutoramento, mas estará presente com toda carga política no texto de suas *Sete teses*, ao mostrar que os polos de riqueza se sustentam na pobreza de outras regiões: “el desarrollo y el subdesarrollo están ligados en América Latina, y [...] con frecuencia el desarrollo de una zona [implica] el subdesarrollo de otra” (Stavenhagen, 1965b[2010]: 151). Por isso não seria exato falar de sociedades duais ou plurais, mas de sociedades integrando de modo desigual e combinado diferentes formas de exploração e estratificação social. Essas aparentes ambiguidades e indefinições são compreensíveis, dado o contexto político e intelectual da América Latina nos anos 1960 e 70. No entanto, as investigações empíricas desses cientistas sociais ajudaram a superar os limites anteriores da compreensão sociológica dos dilemas impostos pela realidade latino-americana e dos países subdesenvolvidos. Tal superação se deve, em última instância, aos novos marcos teóricos, metodológicos, empíricos e políticos então construídos. Essa nova marca da sociologia latino-americana poderá ser observada no esforço teórico de Stavenhagen em conceituar subdesenvolvimento, captando as particularidades das nações periféricas em comparação às nações de desenvolvimento capitalista central, e na maneira original como procurou combinar metodologicamente a investigação da estrutura de classes com o estudo da estratificação social, em especial a estratificação interétnica. A combinação entre as perspectivas estrutural e histórica, como logo se verá adiante, será o traço principal da metodologia proposta por Stavenhagen e por seus colegas de geração, que compartilhavam o cultivo de uma sociologia crítica da ordem social existente e atuante junto aos movimentos sociais e populares.

O subdesenvolvimento não é definido meramente pelos seus elementos quantificáveis (renda *per capita*, crescimento econômico, PIB, PNB etc.) e, muito menos, pela predominância do setor agrícola na economia nacional. Trata-se de uma concepção reducionista, utilizada de maneira ideológica para negar a existência do subdesenvolvimento em países que alcançaram certo grau de industrialização e crescimento econômico acelerado (a exemplo de Brasil, México, Argentina, Chile, África do Sul, Nigéria e vários outros), encobrando as causas estruturais da exploração capitalista nos âmbitos interno e externo, entre as classes sociais, de um lado, e entre as nações hegemônicas e dependentes, de outro. O subdesenvolvimento é caracterizado por um conjunto de relações sociais de dependência e de exploração que se verificam nos níveis *intra* e *internacionais*. Parafraseando Marx, o método cientificamente exato para caracterizar teoricamente o subdesenvolvimento seria o procedimento sintético, que apreende o real concreto como uma “síntese de múltiplas determinações” ou “unidade na diversidade”. Os conceitos assim forjados não seriam tão específicos e, por isso, aplicáveis apenas à sua realidade social mais imediata, nem tão gerais e abstratos que deteriam uma aplicação universal, mas apanhariam de modo dinâmico as estruturas históricas particulares em seus aspectos essenciais. Um país industrializado, de desenvolvimento capitalista acelerado, poderá ser caracterizado como subdesenvolvido e dependente, desde que o conjunto de relações sociais revele ausência de integração nacional, pois os dinamismos econômicos se voltam para atender as necessidades das nações hegemônicas. Isso conduz a um empobrecimento relativo entre países centrais e periféricos dentro da situação de subdesenvolvimento. É nesses termos que Stavenhagen define o subdesenvolvimento e diversos elementos de seu quadro conceitual se apresentam bastante atuais: “Lo que se llama el estado de subdesarrollo no es solamente la suma de una serie de rasgos discretos cuantificables. Se trata, ante todo, de una condición histórica”; essa condição histórica, por sua vez, é o “resultado de muchos años, incluso de siglos, de cierto tipo de relaciones específicas que los países así llamados han mantenido y mantienen todavía con los países desarrollados”; tais relações específicas

destinadas a serem substituídas pelas configurações sociais modernas. Sua visão da África Negra revela tal ambiguidade (Stavenhagen, 1965a[1969]: 145-90).

caracterizam (1) o *colonialismo*, “que ha establecido entre los países colonizadores y los países colonizados un conjunto de relaciones de *desigualdad* (el establecimiento de relaciones entre sociedades desiguales ha producido una desigualdad creciente)”;

(2) as relações de *dependência* entre países, “tanto política como económica”, mas também cultural e militar; e, por fim, (3) as relações de *exploração* econômica, ou seja, de “enriquecimiento de los países colonizadores, agotamento de las riquezas naturales de los países colonizados, corriente de capitales de los países subdesarrollados a los países desarrollados, etcétera” (Stavenhagen, 1965a[1969]: 10). Para Stavenhagen, não se trata apenas de uma substituição das relações tradicionais pela modernização do modo de vida, dos costumes e das relações políticas, sociais e econômicas, mas de uma simbiose entre avanço e atraso, riqueza e pobreza, dado pelo conjunto de elementos que definem o subdesenvolvimento: “[...] no son las estructuras tradicionales por sí mismas las que constituyen la señal del subdesarrollo”; apenas quando tais relações ingressam no sistema capitalista mundial é que elas tendem a “transformarse en estructuras ‘subdesarrolladas’”; na verdade, as estruturas de dominação tradicional podem, inclusive, ser “reforzadas por el capitalismo importado”, como seria “el caso de ciertas castas en la India, de regímenes políticos autoritarios en América Latina, de los tribalismos fomentados por las potencias coloniales en África, etc.” (Stavenhagen, 1965a[1969]: 11). O empobrecimento relativo dos países subdesenvolvidos seria, portanto, fruto desse conjunto de relações desiguais e assimétricas, que reproduzem as situações coloniais e/ou de dependência dentro dos marcos modernos do capitalismo mundial. Nas condições do subdesenvolvimento, a industrialização ficará subordinada aos interesses das nações mais adiantadas e industrializadas ou de desenvolvimento capitalista central, provocando a falta de integração do mercado interno nos países subdesenvolvidos e dependentes, dentre outras consequências negativa como “la destrucción de la agricultura tradicional de autoconsumo [que ameaça a segurança alimentar das camadas pobres dos países subdesenvolvidos], la pérdida de capitales [para as nações centrais], la inestabilidad monetaria, la inflación, el bajo nivel de ahorros” (Stavenhagen, 1965a[1969]: 10) e a criação de uma infraestrutura voltada para as necessidades das multinacionais e empresas estrangeiras; em decorrência disso, pode-se apontar como causas do subdesenvolvimento relativo fatores internos e externos, a exemplo, respectivamente, da dominação dos setores tradicionais aliados aos estratos burgueses emergentes (que se pode tomar como uma das principais causas internas do subdesenvolvimento), das trocas desiguais entre nações e inversões estrangeiras que agravam a desarticulação das economias nacionais dos países subdesenvolvidos (fatores externos que passam a fazer parte da própria dinâmica do capitalismo dependente). A caracterização do subdesenvolvimento, em termos de suas relações históricas e estruturais, como propõe Stavenhagen, permite apanhar o desenvolvimento desigual e combinado entre nações e/ou dentro de uma mesma nação (sob a forma de colonialismo interno) como uma das dimensões fundamentais do capitalismo contemporâneo nos centros hegemônicos e nas periferias dependentes.

O corolário mais importante de toda argumentação anterior pode ser resumido de maneira simples: a riqueza das nações centrais se deve à pobreza dos povos colonizados e das nações dependentes. “[...] si los países de Europa han podido desarrollarse no es solamente debido a condiciones internas, sino también a la explotación de sus colonias y su expansión económica” (Stavenhagen, 1965a[1969]: 15). Do mesmo modo, a extrema concentração de riquezas no topo da pirâmide social nos países subdesenvolvidos é uma característica de seu modelo específico de desenvolvimento capitalista, que reproduz internamente as mesmas desigualdades observadas entre as nações. Há desenvolvimento capitalista, mas concentrado e extremamente desigual. Essa situação complica sobremaneira a investigação das classes sociais nas sociedades subdesenvolvidas, pois suas formas historicamente específicas de exploração e dominação sofrerão influências decisivas de tipos diversos de estratificação social, que se fazem necessários à manutenção de privilégios em países capitalistas cujo bolo da mais-valia, para ser desfrutado pelas elites das classes dominantes nacionais em consórcio com as burguesias internacionais, não só será aumentado economicamente, mas também

resguardado politicamente, pela concentração de poder e prestígio, das oportunidades educacionais, do acesso à saúde, à cultura e ao controle da informação, das fontes de riqueza e trabalho, em suma, por todo um conjunto de desigualdades sociais que possuem suas origens num passado colonial, neocolonial e dependente, remoto ou recente. Num texto seminal e que hoje se pode considerar clássico⁶, Stavenhagen se esforça por contrastar e, ao mesmo tempo, aproximar tradições de investigações sociológicas tão díspares entre si, para não dizer antagônicas ideologicamente, como os estudos de *estratificação social*, de matriz funcionalista, e a *perspectiva marxista* sobre as classes sociais. O autor identifica a estratificação social como um fenômeno da superestrutura do modo de produção, cuja base seria a própria relação entre as classes sociais. “Las estratificaciones están basadas en las relaciones entre las clases, y tienden a reflejarlas” (Stavenhagen, 1965a[1969]: 38). Isso não é visto, porém, como um mero reflexo passivo das condições materiais de existência ou do modo de produção. “Hay estratificaciones que no descansan, a primera vista, en las relaciones de clase”; os exemplos seriam “las categorías ocupacionales de prestigio o ciertas jerarquías basadas en criterios de pertenencia racial o étnica, en las sociedades múltiples”; no entanto, para Stavenhagen, essas estratificações teriam origem na situação de classe e “no pueden ser realmente comprendidas si no se les relaciona con ésta”; como elementos da superestrutura, as estratificações poderiam ser chamadas “fijaciones o proyecciones sociales, con frecuencia incluso jurídicas y, en todo caso, psicológicas, de ciertas relaciones sociales de producción representadas por las relaciones de clases”; por fim, as estratificações seriam formas de justificação ou racionalização do sistema econômico estabelecido, reforçadas por outros elementos como a religião, a raça, a etnia etc., isto é, as estratificações seriam *ideologias* (Stavenhagen, 1965a[1969]: 38-9). Na análise da situação concreta dos países subdesenvolvidos, o mero enfoque da estrutura de classes sociais não seria suficiente para apreender o conjunto das relações econômicas, sociais, culturais e políticas de tais tipos de sociedade. Embora não coincidam entre si a estrutura de classes e as diversas formas de estratificação (castas, raça, etnia etc.), pois estas últimas não constituem um mero reflexo passivo da primeira, podendo, de igual modo, as estratificações exercerem influência decisiva sobre a estrutura de classes, (Stavenhagen, 1965a[1969]: 40), o exame conjunto de ambas permite revelar as forças sociais conservantistas que, em circunstâncias históricas particulares, resistem às transformações do sistema social vigente e ao aprofundamento de mudanças democráticas. “La estratificación juega, pues, un papel eminentemente conservador en la sociedad” e, por dividir a sociedade em grupos, “tiene por función la de integrar la sociedad y de consolidar una estructura socioeconómica determinada” (Stavenhagen, 1965a[1969]: 41). No caso, a manutenção das desigualdades interessa aos estratos superiores; na medida em que os estratos superiores, dentro do campo das diversas formas de estratificação, coincidem em larga escala com as classes dominantes (embora não sejam idênticos), essas diversas formas de estratificação representam uma forte barreira para o aprofundamento dos conflitos e contradições entre as classes sociais. Esse papel conservantista é comumente desempenhado pelos estratos intermediários nos sistemas que permitem uma mobilidade social ascendente, por diluir as oposições de classe, já que tais “grupos médios” são dependentes em grande medida das classes dominantes e, por isso, podem negar psicológica e politicamente sua origem nas classes trabalhadoras e subalternas. A situação de subdesenvolvimento corresponde a uma imbricação de elementos do capitalismo avançado, e de sua respectiva estrutura de classes sociais, com formas de estratificação social originadas em situações coloniais, neocoloniais e de dependência entre países e/ou entre grupos raciais e étnicos assimétricos em termos de distribuição do poder político e das riquezas materiais. Nas sociedades capitalistas subdesenvolvidas e dependentes, as formas de exploração especificamente capitalistas podem ser reforçadas pelos sistemas de estratificação inter-racial e interétnico, como é o caso de países como o Brasil, o México, a África do Sul, Moçambique, o Chile, o Peru, a Bolívia e muitos outros. As posições teóricas e metodológicas de Stavenhagen permitem pensar as relações entre classe e etnia, ou entre

⁶ Trata-se do segundo capítulo de sua tese de doutoramento, *Clases sociales y estratificación*.

classe e raça (utilizada aqui no sentido sociológico, sem quaisquer implicações biológicas), como constitutivas da situação concreta dos países subdesenvolvidos e como um dos fatores de reforço do subdesenvolvimento, pela reatualização da situação colonial e pela manutenção de antigos privilégios hoje aproveitados pelas elites das classes sociais dominantes e dos grupos médios que lhes são dependentes. O que poderia ser criticado como uma sorte qualquer de ecletismo metodológico, na tentativa de fundir o enfoque estrutural-funcionalista com a perspectiva histórica, funcionalismo e marxismo, não passa na verdade de um esforço teórico original de dar conta do caráter específico das sociedades subdesenvolvidas, caracterizadas historicamente pela combinação entre exploração de classe, exploração colonial e dominação étnico-racial.

Situação colonial, classes sociais e estratificação interétnica

As contribuições de Rodolfo Stavenhagen ultrapassam os horizontes da sociologia e da antropologia e se acerbam também, em termos de crítica às teses da esquerda ortodoxa representada pelos Partidos Comunistas da América Latina, do debate marxista da década de 1960⁷. Isso porque suas investigações sociológicas das sociedades subdesenvolvidas não se limitam a verificar apenas as características da estrutura de classes. A dinâmica dessa estrutura de classes é modificada pela existência de situações coloniais e pela estratificação interétnica. A situação colonial na América Latina emerge da conquista, portuguesa e espanhola, como fruto da expansão mercantilista europeia. O sistema colonial, criado pela conquista, opõe entre si povos distintos, estabelecendo rígidas hierarquias e centralização política como uma forma de controle social e manutenção da ordem. Na situação colonial, a estrutura de classes polariza as categorias sociais responsáveis pelos “processos de produção e de circulação econômica”, partícipes da “estrutura de classes do sistema social”, de um lado, e a população subjugada, de indígenas e/ou de negros, que compõem a “estrutura de classes da colônia”, de outro (Stavenhagen, 1965a[1969]: 245). As relações étnico-raciais são constituídas, duplamente, pelas relações coloniais e relações de classe. As principais características da situação colonial podem ser assim resumidas: “discriminación étnica, la dependencia política, la inferioridad social, la segregación residencial, la sujeción económica y la incapacidad jurídica” (Stavenhagen, 1965a[1969]: 245). No colonialismo mercantil, a rigidez da estrutura de classes, reforçada pela segregação étnica, se torna um elemento de manutenção da ordem colonial. Com a Independência e a transição para a sociedade de classes, a situação colonial não desaparece e passa a se expressar em termos de colonialismo interno. “Esta vez, la sociedad colonial era la propia sociedad nacional que extendía progresivamente su control sobre su próprio território” (Stavenhagen, 1965a[1969]: 248). A transição capitalista não conduziu o processo de descolonização até o fim, sendo incapaz de suplantar a rígida estratificação interétnica que sustenta a situação colonial. Na verdade, a discriminação e a segregação dos grupos étnicos e raciais subjugados se tornam um fator de reforço da dominação burguesa. Stavenhagen sugere a hipótese de que a estratificação interétnica, “al reflejar una situación del pasado [...] actúa como freno sobre el desarrollo de las nuevas relaciones entre las clases” (Stavenhagen, 1965a[1969]: 251). Talvez uma perspectiva de inevitabilidade do desenvolvimento das novas relações de classe, modernas, que acabarão por se impor na luta contra resquícios superestruturais do passado, esteja presente nos horizontes teóricos do autor. Em certa medida, isso ocorre devido à oposição conceitual entre estrutura de classes e estratificação interétnica. Uma hipótese alternativa poderia ser a de que a estratificação interétnica não seria incompatível com a estrutura de classes, dado que a primeira surge como um reforço da exploração e dominação de classe. Nesse sentido, nas situações de subdesenvolvimento a

⁷ Dois de seus textos aqui comentados figuram numa coletânea de escritos marxistas latino-americanos, *As sete teses equivocadas sobre a América latina* e o capítulo final de sua tese de doutorado, *A dinâmica das relações interétnicas: classes, colonialismo e aculturação*. Ver Giancarlo Santarelli (org.), *Il nuovo marxismo latinoamericano*, Milão, Feltrinelli, 1970.

estratificação interétnica concorre para concentrar ainda mais as riquezas, aumentando o fosso entre as classes sociais, numa estrutura econômica já altamente concentrada e caracterizada por profundas desigualdades regionais, raciais e étnicas. Stavenhagen, no entanto, procurou apanhar a inter-relação entre as situações de classe e colonial, ao invés de encará-las como opostas e excludentes entre si. “No puede dejarse de insistir que el carácter clasista y el carácter colonial de las relaciones interétnicas son dos aspectos íntimamente ligados de un mismo fenómeno” (Stavenhagen, 1965a[1969]: 259). A articulação entre zonas de subdesenvolvimento relativo e áreas de pleno desenvolvimento, internacionalmente ou nos quadros de uma mesma sociedade nacional, caracterizadas por situações coloniais, de dependência e/ou de colonialismo interno, é sustentada por uma estrutura de classes estratificada em termos raciais e interétnicos. As relações de classe e relações raciais e/ou interétnicas não são incompatíveis nos marcos do subdesenvolvimento e do capitalismo dependente.

Conclusões

As ideias de Rodolfo Stavenhagen aqui apresentadas foram desenvolvidas em meados da década de 1960, num momento de reviravolta nas ciências sociais da América Latina. Muitos dos elementos da antiga teoria da modernização estavam sendo questionados e substituídos por uma visão mais integrativa das estruturas sociais subdesenvolvidas. A dicotomia tradicional/moderno, em especial, foi questionada pela concepção da articulação entre dependência e subdesenvolvimento. Stavenhagen traz uma grande contribuição para o referido debate, ao apontar o caráter complementar das relações de classe e relações coloniais nas situações de subdesenvolvimento. Ao mesmo tempo, seu estudo sobre as classes sociais nas sociedades agrárias sugere a estratificação interétnica como um fator de reforço da dominação de classe e de manutenção do caráter desigual e combinado das desigualdades sociais sob o subdesenvolvimento e o capitalismo dependente. Nesse sentido, as ideias de Stavenhagen constituem contribuições fundamentais para o pensamento sociológico atual, em termos da importância cada vez maior da articulação teórica entre raça, etnia e classe para investigar os conflitos sociais nos países de origem colonial, subdesenvolvidos e dependentes.

Referências bibliográficas

- AMADOR TELLO, Judith. (2012). *Stavenhagen exige para México una utopía*. Recuperado el 23 de julio de 2013, del sitio Web del *Semanario Proceso*: <http://www.proceso.com.mx/?p=315813#>
- LIMA, Roberto, CABRAL JUNIOR, Vilson Antonio. (2010). Antropologia, direitos humanos e povos indígenas: entrevista com Rodolfo Stavenhagen. *Sociologia e Cultura*, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 137-142, jan./jun.
- MILLS, C. Wright. (1959[2000]). *The sociological imagination*. New York: Oxford University Press.
- SANTARELLI, Giancarlo. (1970). *Il nuovo marxismo latinoamericano*. Milano: Feltrinelli.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. (1965a[1969]). *Las clases sociales en las sociedades agrarias*. México: Siglo XXI Editores.
- _____ (1965b[2010]). Siete tesis equivocadas sobre América Latina. In: STAVENHAGEN, Rodolfo. *Los Pueblos Originarios: el debate necesario*. Buenos Aires: CTA Ediciones/CLACSO.

_____. (2010). *Los Pueblos Originarios: el debate necesario*. Buenos Aires: CTA Ediciones/CLACSO.